
João Carlos Cattelan¹

O USO DO MAS E A MENTALIDADE CULTURAL QUE O SUSTENTA

RESUMO: Este artigo objetiva, valendo-se de alguns ensinamentos da Gramática Tradicional e da Pragmática Lingüística, constituir um pano de fundo explicativo (sob um viés mais decisivamente lingüístico – seja ele filosófico, lógico-semântico ou pragmático) sobre o uso da conjunção “mas”. Constituído este quadro conceitual e entendendo a linguagem como forma de interação, que permite o contato e o diálogo entre os homens, procurar-se-á elucidar a relação que se sabe existir entre o uso deste conectivo e as condições sociais que o levam a aparecer num enunciado. Estar-se-á buscando perceber (e demonstrar) o que, para além de leis imanentes e específicas, este conectivo revela sobre as concepções culturais que se desnudam, quando se percebe o modo como ele é usado, e em que medida é possível dizer, com uma certa pertinência, que ele estabelece relações de contradição entre enunciados.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Concepção cultural; Operador argumentativo.

SUMMARY: This article aims to constitute an explaining background (under a decisively linguistic perspective – being it philosophical, logical-semantic, or pragmatic) on the use of the conjunction “mas” (but), taking some teachings from the Traditional Grammar and the Linguistic Pragmatics. Being constituted this conceptual framework and taken the language as a form of interaction that permits the contact and the dialogue among men, this study intends to elucidate the relation that exists between the use of this connective and the social conditions which causes it to appear in an utterance. It will be noticed (and demonstrated) – to beyond the immanent and specific laws – what this connective reveals about the cultural conceptions that are disclosed when the way it is used is noticed, and to which extent it is possible to say that it establishes relations of contradiction between the utterances.

KEYWORDS: Discourse; Cultural conception; Argumentative operator.

Data de recebimento: 27/06/05. Data de aceite para publicação: 20/02/06.

¹ Professor Adjunto do Curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) — Campus de Marechal Cândido Rondon. Professor do Mestrado em Letras da Unioeste — Campus de Cascavel. Endereço eletrônico: cattelan@brturbo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Ao ser admitido no Collège de France, Roland Barthes fez uma afirmação programática que permite que estudiosos da cultura façam um projeto de pesquisa. Ele dizia: “A língua como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1997: 14). A tese alerta para o fato de que os recursos da língua se elucidam à luz das concepções culturais. Nos itens lingüísticos usados por um grupo, encontra-se a sua história. Pode-se postular que a tese do autor é nodular e, em outra obra sua, *O óbvio e o obtuso*, ele faz da afirmação o seu fio crucial de condução. Para ele:

A análise dos códigos talvez permita definir historicamente uma sociedade, mais facilmente e com mais segurança do que a análise dos seus significados, pois estes podem, muitas vezes, aparecer como trans-históricos, fazendo parte mais de um fundo antropológico do que de uma história verdadeira. Hegel definiu melhor os antigos gregos através da maneira pela qual significavam a natureza, do que através da descrição do conjunto de seus “sentimentos e crenças” com relação à natureza (BARTHES, 1990: 24).

Deve-se, pois, orientar o olhar para o fato de que o modo de produzir os enunciados é revelador. Pode-se, valendo-se desse *insight*, estabelecer uma linha de pesquisa: *Por que se diz o que se diz da maneira que se diz?* É provável que se tenha, observando essa atividade, acesso à cultura de um grupo social. É o que se buscará realizar com relação ao uso do conectivo “mas”. Pretende-se refletir sobre algumas questões, observando-o quanto à afirmação de que articula enunciados contraditórios (que contradição seria esta, já que o que ele articula não parece contraditório?) e quanto à possibilidade de, compreendendo o seu funcionamento, estabelecer se o seu uso revela algo da cultura que a usa (entendendo o seu uso, poder-se-ia, como afirma Barthes, ter acesso à parte de uma mentalidade cultural?).

2. O MAS SOB O VIÉS GRAMATICAL

Uma forma de concepção do *mas* como articulador de enunciados do texto é aquele que aparece descrito nas Gramáticas Tradicionais. Seja por se pautarem num ponto de vista de vista lingüístico (estudando

a língua fora de seu contexto), lógico-semântico (imaginando que a articulação dos enunciados por meio de conectivos cria relações de sentido e explica o uso de cada recurso lingüístico) ou filosófico (buscando, através de definições, respostas para o que seria o comportamento padrão de cada mecanismo da língua), pode-se dizer que elas se pautam numa metodologia que investiga leis internas e específicas do sistema: sua área de abrangência se refere à imanência lingüística. Eis um ponto de vista que cria seu objeto de estudo e responde a certas finalidades. Nesta seção, busca-se refletir, de uma forma sumária, sobre o tratamento que é dado por estes estudos ao conectivo adversativo *mas*.

Para Almeida (1979:350), as conjunções adversativas “são as que ligam orações de sentido adverso ou contrário”. Um exemplo é o caso de *Ele foi₁, mas não voltou₂*, em que, dada a definição apresentada, entre *ir* (1) e *não voltar* (2), existiria uma relação de sentido contrário. Para Cunha e Cintra (1999:245), as adversativas “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste”. Um exemplo é *Não havia muitas casas₁, mas sobravam extensos terrenos baldios₂*, no qual, entre *não haver muitas casas* (1) e *sobrar terrenos baldios* (2) haveria uma relação de contraste. Para Bechara (1999:321), elas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. O exemplo é *Acabou-se o tempo das ressurreições₁, mas continua o das insurreições₂*, no qual, tendo em vista o conceito dado, entre *acabar o tempo das ressurreições* (1) e *continuar o das insurreições* (2) aconteceria uma relação de oposição. Para André (1982:196), os conectivos adversativos “ligam pensamentos que contrastam entre si”. O exemplo apresentado é *Serve aos opulentos com altivez₁, mas os indigentes com carinho₂*, em que, entre *servir aos opulentos com altivez* (1) e *aos indigentes com carinho* (2), haveria uma relação contrastante. Para Cegalla (1985:245), as conjunções adversativas são as que “exprimem oposição, contraste, ressalva e compensação”. Um dos exemplos dados é o enunciado *Querem ter dinheiro₁, mas não trabalham₂*, no qual, dada a definição apresentada, entre *querer ter dinheiro* (1) e *não trabalhar* (2) existiria uma relação de oposição ou contraste.

Embora cada autor construa uma definição com nuances que os diferencia, há, entre eles, uma tese que considera que o conectivo *mas* estabelece uma relação de oposição ou de contraste entre os enunciados. Porém, dados os exemplos, alguns problemas ocorrem: *Qual é a natureza da relação de oposição e contraste? Em que nível ela deve ser pensada: semântico, pragmático, discursivo? Há alguma determinação cultural ou ideológica no uso do mas?*

Percebe-se que apenas os dois primeiros exemplos (se bem que nem neles, já que, para haver oposição entre as duas partes, tem-se que imaginar que quem *foi* deveria *voltar* e que *terrenos baldios* deveriam ser locais para a *construção de casas*) trazem uma oposição interna ao enunciado. Nos outros, a relação de oposição e contraste deve ser buscada num lugar distinto do da materialidade lingüística. *Onde?* Aposta-se que a relação produzida pelo *mas* é de oposição, mas que se deve buscar elucidar onde essa relação é produzida.

3. O QUADRO CONCEPTUAL GERAL DA PRAGMÁTICA

Frente à questão esboçada, a incursão pelo terreno da pragmática parece promissora. Com a entrada do estruturalismo nos estudos da linguagem, a partir dos estudos saussurianos, a tarefa dos estudos da linguagem passou a ser a descoberta e a descrição de leis específicas, imanentes e lingüísticas. Se esta concepção, durante certo tempo, satisfizesse aos lingüistas, com a lacuna aberta em relação ao sentido, alguns problemas exigiam respostas, pois alguns fatos lingüísticos permaneciam sem explicações, se pensados como recursos estruturais.

Entre os fatos lingüísticos que o olhar aplicado sobre a imanência não explica estão os elementos dêiticos, que contam com a enunciação para se tornarem legíveis, e os recursos para os quais a análise só se efetua, quando considera o regramento do processo enunciativo, as chamadas condições de felicidade, que devem ser atendidas para que um ato de fala surta efeito. Nesta ordem de problemas, estão os estudos da performatividade ou da ilocutividade, terreno que foi circunscrito e teorizado pelos estudiosos da pragmática.²

Embora a noção de pragmática se constitua por meio de visadas, às vezes, bastante distintas, grosso modo, é possível reduzi-la a alguns traços significativos gerais que perpassam as diferentes correntes. O primeiro: ela considera a linguagem uma forma de realizar ações e, então, os estudos se voltam para a produção destas ações e não para a interação. Ela acredita que, se as regras sociais são respeitadas, obtém-se o efeito e o interlocutor se submete ao ato. Isto permite dizer que a

² A Pragmática tem seus principais expoentes nos filósofos analíticos de Oxford, Austin e Searle, com seus estudos voltados para a teoria dos atos de fala, e no estudioso da linguagem, Grice, com seus estudos sobre as chamadas leis conversacionais. No entanto, como se pode verificar, considera-se, neste estudo, um autor não menos representativo desta corrente (Ducrot) e importantes autores brasileiros, como Koch, Guimarães, Dascal e Vogt.

linguagem se constitui num processo ubíquo de argumentação, “vista como a busca da persuasão de um auditório” (GUIMARÃES, 1987:24).

O segundo: ela afirma que a língua constitui atos de fala, que buscam tornar o discurso do locutor eficaz, com isso, alterando (ou mantendo) a relação jurídica existente entre os parceiros envolvidos na relação interlocutiva. Aqui, fala-se de performatividade ou ilocutividade, casos em que os enunciados, mais do que falarem do mundo, constituem-no, havendo uma coincidência entre o dizer e o fazer. De acordo com Koch (1992:19), “A Teoria dos Atos de Fala surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, tendo sido, posteriormente, apropriada pela Lingüística Pragmática”. Essa teoria entenderia “a linguagem como forma de ação (refletindo) sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem”.

O terceiro: ela considera que os atos de fala se realizam, se forem considerados os elementos extra-textuais necessários para que o sentido se especifique. Texto e contexto, pois, seriam constitutivos. Para Dascal (1982:13), umas das tarefas da pragmática, “talvez a mais importante”, seria “a investigação e descrição teórica dos fatores contextuais que contribuem para a interpretação dos enunciados”. Para ele (1982:20), enquanto “à Semântica cabe a descrição dos ‘significados’, à pragmática cabe o estudo de como esses significados podem vir a ser explorados para veicular, em contextos particulares, diversas mensagens”.

Por fim, concebendo a linguagem como ubiquamente argumentativa, que se realiza por meio de atos de fala e que o texto e o contexto são constitutivos, a pragmática, na esteira de Ducrot (1987:163), delineia um olhar que enfoca um ponto que interessa aqui: “a pragmática lingüística”, que constitui uma área de estudos que estuda os recursos lingüísticos que ela chama de operadores argumentativos, isto é, os termos usados “para exercer uma influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia”. Para Koch (1992:29), eles teriam por função “indicar a força argumentativa dos enunciados”, permitindo “atuar sobre os outros” e “dotando os enunciados de determinada força argumentativa”. Ducrot (1987) considera que o conectivo *mas* seria o operador argumentativo por excelência. As próximas seções apresentam como este conectivo é entendido pela vertente teórica da pragmática.

4. O MAS_{SN} E O MAS_{PA}

Os estudos de pragmática que voltam o olhar para os operadores argumentativos, itens que empurram o leitor para certos pontos e não outros, reconhecem a existência de dois *mas*: um *mas*_{SN} e um *mas*_{PA}.³ O primeiro teria uma função corretiva, enquanto o segundo permitiria a realização de uma atividade de argumentação.

Os enunciados *Ela não é nadadora, mas jogadora de basquetebol* e *Ele foi, mas não voltou* exemplificam, respectivamente, os dois casos. No primeiro, o enunciado objetiva retificar o que teria sido dito por alguém: *ela é nadadora*: o enunciado introduzido por *mas* teria o objetivo de negar o que foi dito antes, apresentando a versão mais adequada para o tema do discurso. No segundo, dada a parte 1, *ele foi*, o locutor sabe que o interlocutor pode concluir pelo retorno daquele de quem ele fala, já que, pela lógica, quem vai volta; a parte 2, *não voltou* tem o fim de garantir que a conclusão não seja a que seria óbvia. Embora os dois *mas* pareçam possuir um prisma argumentativo, alguns critérios estruturais de comportamento parecem indicar que eles são dois recursos lingüísticos que se portam de maneira diferente. Tomem-se como fio condutor da demonstração os dois enunciados acima.

a) Se as duas partes dos enunciados forem invertidas, isso causará um problema de compreensão em ambos, não sendo possível, pois, que se faça a inversão em nenhum deles.

b) Se a negação for aplicada sobre a primeira parte do enunciado, ela incidirá apenas sobre a primeira parte dele. A segunda parte do enunciado não é afetada por ela.

Considerados apenas os critérios **a** e **b**, os dois *mas* se comportam do mesmo modo. É pela aplicação dos critérios a seguir que eles mostram comportamentos dessemelhantes.

c) O *mas*_{PA} aceita uma articulação para além dos limites da frase (*Ele foi. Mas não voltou.*), enquanto que o *mas*_{SN} não (*Ela não é nadadora. Mas jogadora de basquetebol.*).

d) Mudando-se o enunciado para uma pergunta, em relação ao *mas*_{SN}, pode-se afirmar que ela incide sobre todo o enunciado, enquanto que, no *mas*_{PA}, incide apenas sobre a primeira parte ou sobre nenhuma (este critério parece não ser tão evidente quanto o da letra c).

³ De forma sumária, pode-se dizer que o *mas*_{SN} tem uma função de retificação retroativa, ou seja, ele tem como função efetuar uma correção ou uma retificação em relação a algo que foi dito anteriormente. No caso do *mas*_{PA}, esta função retificadora é projetiva, ou seja, ela é antecipadora, no sentido de que busca evitar uma conclusão que poderia ser tirada a posteriori: após a produção do enunciado.

e) Em relação ao encadeamento, em hipótese, pelo acréscimo de *Creio que* (*Creio que ele foi, mas não voltou*, por exemplo), percebe-se que, no caso do mas_{SN} , ele incide sobre o enunciado todo, enquanto que, no caso do mas_{PA} , ele afeta apenas a primeira parte (este critério também parece não ser tão evidente quanto o da letra c).

f) Isolando-se as duas partes do enunciado como se elas tivessem sido proferidas por locutores distintos, percebe-se que, no caso do mas_{SN} , a divisão é inaceitável (argumento reiterado pelo que ocorre no critério c), mas que, no caso do mas_{PA} , ela se torna admissível.

g) Em relação à divisão entonacional, assim como ocorre em c e f, no caso do mas_{SN} , ela se torna inaceitável, o que não acontece, quando se trata de um enunciado com mas_{PA} .

h) Sobre a mútua interferência das flexões verbais, nota-se que, com mas_{SN} , há uma injunção condicional de tempo verbal entre os enunciados (*Ela não era nadadora, mas (era) jogadora de basquetebol.*). Com o mas_{PA} , esta condição desaparece (*Ele foi, mas não voltará.*)⁴

Há, portanto, critérios lingüísticos e estruturais que apontam para a existência de dois *mas*, o que significa que eles são distintos entre si. Mostrada a diferença e dados os objetivos aqui, dedica-se, agora, ao funcionamento do mas_{PA} , explicitando a) o seu funcionamento textual (para Ducrot (1987:171), ele teria uma “natureza instrucional da significação”) e b) o que este funcionamento, quando compreendido, revela (pensando-se em termos de oposição, contraste e ressalva) da cultura que o usa como recurso de articulação de enunciados.

5. O MAS_{PA}

De forma geral, o mas_{PA} partilha com os demais operadores argumentativos o fato de a) articular enunciados que são independentes e poderiam ser proferidos por locutores distintos, b) a sua compreensão e a sua forma de aparecimento estarem relacionadas à enunciação do enunciado e não a este último, c) o seu uso gerar um efeito de sentido sobre o interlocutor e d) a sua eficácia argumentativa residir na orientação do leitor para uma conclusão.

Enquanto a Gramática Tradicional afirma que o *mas* cria relações de contradição, mas não mostra, estruturalmente, onde essa relação se encontra, a gramática estabelece como esse conectivo funciona, o

⁴ Embora os critérios arrolados estejam sendo apresentados sumariamente, conta-se com um leitor cooperativo que preencha as lacunas ocorridas. Por outro lado, os critérios revelam, parece claro, que realmente existem dois *mas*.

que é preciso resgatar, porque a compreensão desse princípio auxilia na elucidação do problema investigado: a relação entre o conectivo *mas* e a cultura, ponto crucial de reflexão, já que, conforme Bakhtin (1997:114), “A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor”. Se a afirmação do autor é procedente (e acredito que é), no uso dos conectivos em geral, parte do conhecimento partilhado entre os interlocutores deve estar manifesto ou pode ser desvelado, não sendo ele utilizado como um mero articulador de enunciados ou partes de enunciado.

Para Ducrot (1987), Guimarães (1987), Vogt (1989) e Koch (1992), o operador *mas* (operador por excelência), chamado de *contrajunção*, que une enunciados contraditórios, funciona, quando aparece como elemento articulador, como descrito a seguir. Um enunciado com *mas_{PA}* pode ser dividido em duas partes: uma que permite a dedução de uma conclusão e outra, a segunda, que nega esta conclusão, conduzindo o interlocutor para uma que se antepõe àquela. Tome-se para efeitos de exemplificação o enunciado abaixo:

(1) [Querem ter dinheiro]₁, [**mas_{PA}** não trabalham.]₂

O enunciado pode ser dividido em duas partes: *querem ter dinheiro e não trabalham*; entre elas, acha-se o *mas_{PA}*. Contra enunciados como *Ele foi, mas não voltou*, em que há uma contradição explícita (lingüístico-semântica) entre *foi* e *voltou*, no enunciado 1, esta contradição não aparece. Ou quem afirma a relação de oposição não sabe o que diz, ou sabe o que diz e essa relação deve ser buscada fora da materialidade textual explícita.

Para a pragmática, com o uso de conectivos adversativos, a primeira parte do enunciado permite que o leitor infira uma conclusão. O locutor a nega, em seguida, orientando o interlocutor para uma conclusão distinta da esperada. Se alguém ouve *querem ter dinheiro*, está autorizado a concluir que *eles trabalham*. O locutor sabe disso e, prevendo este movimento, afirma *mas não trabalham*, justamente para impedir que ele conclua algo não autorizado. A contradição não precisa, portanto, se referir ao dito no enunciado, mas ao que seria uma das conclusões possíveis a partir da primeira parte. Se ela empurra o leitor para uma conclusão, a outra parte nega esta conclusão, impondo um outro movimento de leitura.

Devem-se a esse funcionamento do *mas_{PA}* as afirmações de que o comentário feito na parte dois é uma negação da parte um, opondo-

se a ela e frustrando o que era esperado pelo interlocutor; de que este conectivo constrói uma estratégia de relação, pois permite o confronto de alteridades que se chocam; de que ele atrai o interlocutor para a convivência com uma das visadas formuladas, negando a outra; de que ele é o operador argumentativo por excelência, ao forçar o interlocutor para uma determinada posição; e de que perfaz um tecido polifônico, onde visadas antagônicas se cruzam.

Cabe voltar ao ponto: descobrindo-se que de *querer ter dinheiro* o interlocutor poderia inferir que *eles trabalham* e que é isso que é negado pela parte dois do enunciado, descobre-se onde está a relação de contradição que gramáticos e pragmáticos afirmam existir, mas não se explica por que de *querer ter dinheiro* se deve concluir que *eles trabalham*. Por que essa conclusão é possível? Por que ela é julgada pertinente? Ela é construída a partir de leis lógicas ou o seu lastro é sociocultural? Estas são as questões que busco responder, determinando se não há uma inconsistência em afirmar que as adversativas geram um efeito de sentido de contradição ou oposição ou, então, em que medida se justifica fazer esta afirmação.

6. “LIVRO PEQUENO E VERMELHO, MAS_{PA}”

Mantendo na lembrança as duas afirmações de Barthes apresentadas na introdução deste texto e considerando as afirmações de Bakhtin (1997:126) de que “a enunciação individual (é) um fenômeno puramente sociológico” e de que (1997:127) “A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social”, analiso um enunciado, tentando responder as questões que foram levantadas ao longo do texto. Ele foi proferido durante um diálogo rápido mantido por dois professores nos corredores de uma universidade.

(2) [Ele é um livro pequeno]₁ [e vermelho]₂, [*mas*_{PA} é um livro muito bom.]₃

O enunciado possui três partes: (1) *Ele é um livro pequeno*, (2) *e vermelho* e (3) *é um livro muito bom*, esta última parte sendo introduzida pelo contrajuntivo *mas*_{PA}. Note-se que, sem ele, a idéia de contraste ficaria amenizada, sendo o seu aparecimento o responsável pelo efeito de sentido de oposição. O problema a ser resolvido é onde situar esta relação de ressalva, já que, entre *Ele é um livro pequeno e vermelho* e *é um livro muito bom*, não há propriamente uma relação contraditória. No lugar do *mas*_{PA}, poderiam ter ocorrido conectivos como *e* e *portanto*

(gerando outras relações semânticas), o que mostra que a presença do adversativo não é obrigatória, quando se considera apenas a significação lingüística dos componentes do enunciado, no seu suposto sentido literal.

A primeira constatação mostra que a relação de contraste criada pelo *mas*_{PA} pode ser pensada como tendo dois níveis diferentes: a) a parte três seria contrastiva em relação às outras duas, cada uma tomada em separado e orientando para conclusões que são recusadas (Ele é um livro pequeno₁ *mas*_{PA} é um livro muito bom e Ele é um livro vermelho₂, *mas*_{PA} é um livro muito bom₃); b) a relação de oposição seria construída em relação às duas partes anteriores tomadas em conjunto, com o conetivo **e** apenas efetuando uma ligação aditiva entre dois enunciados que permitem conclusões que serão rechaçadas (Ele é um livro pequeno₁ e vermelho, *mas*_{PA} é um livro muito bom₃). Para efeitos de análise considerar-se-á apenas a primeira possibilidade, já que a opção pelo segundo caminho ou pela realização de ambos não alteraria substancialmente o trabalho de análise final. De qualquer forma, o enunciado é polifônico, cruzado por diversas vozes que se contrapõem.

Considere-se, portanto, para efeitos da realização do trabalho analítico, apenas o que se estabeleceu como possibilidade na letra **a**. Tomando como rumo norte este encaminhamento, pode-se dizer que, ao proferir *Ele é um livro pequeno e vermelho*, o locutor sabe que o seu interlocutor está autorizado a efetuar uma série de conclusões, dependendo da situação comunicativa em que esteja engajado: ele pode inferir que o livro *não é de boa qualidade*, que *a sua leitura não trará proveito*, que *não se compara a outros livros que devem superá-lo*, dentre outras. Dado o fato de o enunciado ter sido proferido da forma que foi, podem ser feitas duas hipóteses de sentido para as duas primeiras partes do enunciado: ou elas são puramente informativas, funcionando como dêiticos icônicos para que o interlocutor localize a obra em questão (a linguagem funcionaria como etiquetas postas sobre as coisas), ou devem ser ditas para, em seguida, negar as conclusões que o outro poderia inferir ao ver o livro na biblioteca, já que, para uma determinada representação, livros (objetos em geral) pequenos (eis a megalomania que nos caracteriza) e vermelhos (eis um conjunto sem fim de efeitos de sentido que podem ser associados a esta cor) não podem ter a qualidade de serem bons em termos de conteúdo. Livros pequenos e vermelhos deveriam ser, para esse princípio, pouco informativos. Mas é bem este tipo de conclusão que o locutor sabe que será feita que ele pretende negar.

Deve-se atentar para o fato de que o locutor tenha dito *Ele é um livro pequeno*. Como afirma Possenti (1990), não apenas aquilo que se diz ou a forma como se diz são relevantes para a descoberta do sentido, mas também o ato de dizer é significativo e a enunciação do enunciado deve ser levada em conta para a determinação da significação. O locutor, dada a situação em que se encontra, teria dois caminhos: afirmar *Ele é um livro pequeno* ou não. Mas, se não dissesse isso, como faria para refutar as conclusões que seriam aplicáveis ao caso, dado que sabe o que o seu interlocutor sabe? Pode-se afirmar que esta parte do enunciado (que, no todo, é contrajuntivo) tem um caráter de concessão⁵ (como se estivesse sendo introduzido pelo conectivo *embora, equivalendo a algo como embora o livro seja pequeno, ele é bom*). Nele, o locutor estaria reconhecendo que o livro é pequeno e admite que isso pode pesar contra a obra, mas ele antevê⁶ que a parte final do enunciado será um argumento construído no sentido de destruir essas possibilidades.

Pode-se afirmar, portanto, que, em *Ele é um livro pequeno* (o mesmo vale para a parte dois), há por parte do locutor uma antevisão em relação aos movimentos do seu interlocutor e que ele profere esta parte do enunciado, para ter a possibilidade de exercer um controle relativo sobre o trabalho dele, dirigindo-o para o ponto que almeja (não entro na discussão sobre se ele faz isso consciente ou inconscientemente, mas apenas reflito sobre a atividade que transparece na materialidade textual e que permite obter o efeito). Admitir que *Ele é um livro pequeno* tem a função de preparar o terreno para uma refutação posterior. O locutor está se antecipando ao movimento de produção de inferências do seu interlocutor, porque pertence à mesma cultura e aos mesmos mecanismos projetivos ou imaginários que ele.

Com relação à parte dois, o raciocínio é análogo. Ao afirmar que o livro é *vermelho*, o locutor ativa um saber sobre a forma de representação que a população possui das coisas pequenas (há inúmeras piadas de cunho sexual que se constituem sobre o tamanho dos órgãos sexuais, principalmente masculinos, ridicularizando os diminutos). Considerando o fato de estar num corredor de universidade

⁵ Ao se admitir isso, o estudo das relações semânticas dos enunciados se complexifica, dado que, mesmo que determinadas partes não tenham conectivos explícitos, elas se valem de relações que podem ser recuperadas quanto aos que ficaram implícitos.

⁶ A análise está sendo conduzida de uma forma que sugere um controle consciente do locutor sobre o seu discurso. Cabe ressaltar que os discursos não acontecem exatamente sob a égide de um sujeito pleno e absoluto, que controla cabalmente o seu dizer. Mas, parece que se pode perdoar momentaneamente o excessivo pragmatismo da análise: a demonstração do vínculo entre o mas e a cultura e, portanto, com o discurso, será trabalhada adiante.

falando com um colega de trabalho que deve saber mais ou menos onde se localiza o livro buscado e se o locutor tivesse a pretensão de contribuir para que a localização se tornasse facilitada, bastaria ele proferir a parte dois sem nada que a seguisse: ele poderia dizer simplesmente *e vermelho*. Mas, ao dizer isso, mesmo que o viés informativo não seja deixado de lado, ele sabe que outras conclusões são possíveis, haja vista as possibilidades que se abrem a partir da concessão de que algo é vermelho, até de forma mais crucial neste momento do que em outros, dadas as bandeiras vermelhas que se mostram à exaustão nos meios de comunicação e que estariam ligadas a grupos que pretendem o caos e a desorganização social. Era necessário que ele dissesse o que disse, mas impedisse que o interlocutor tirasse conclusões inaceitáveis e sobrepusesse ao livro valores negativos, evitando, com isso, lê-lo e se dedicar a ele. Novamente, cumpre olhar para a enunciação.

Se as duas partes do enunciado não fossem proferidas (também na segunda a relação de concessão é aplicável, equivalendo a algo como *embora ele seja vermelho*), mesmo assim o outro as resgataria, pois se depararia com o livro que buscava. Cumpria, portanto, explicitá-las, para, de forma concessiva, admitir as ressalvas que ele poderia fazer em relação ao dito (*o livro é pequeno e vermelho*, o que poderia dispô-lo contra a qualidade da obra) e em relação às conclusões permitidas por ele, para poder negá-las a seguir.

Através da concessão de que *o livro é pequeno* e de que *ele é vermelho* e de que não poderia, em princípio, possuir grande qualidade, o locutor antevê os movimentos do interlocutor e concorda com eles, preparando o terreno para a refutação, através da construção de uma tessitura polifônica em que vozes se fazem ouvir e cruzam distintas alteridades: a base de crença comum, que aceita que livros pequenos e livros vermelhos devem ser ruins, e aquele que, pontualmente, dada a ocorrência de um objeto específico, vem contradizê-lo.

Até aqui, falou-se do professor como locutor, uma figura discursiva que, para Ducrot (1987:182), “é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado”. Se, pois, por um lado, o enunciado como um todo deve, enquanto produto lingüístico, ser imputado ao docente, o mesmo não se aplica aos enunciadores do texto, seres que, para o autor acima (1987:192), determinam que a enunciação seja “vista como expressando o seu ponto de vista”. Portanto, se o professor é o responsável pela produção do enunciado, ele não pode ser acusado de estar de acordo com os pontos de vista

expressos nele. Ele, locutor no todo, torna-se enunciador na terceira parte, onde a sua visão é veiculada, não lhe sendo imputável a responsabilidade pelos pontos de vista admitidos nas partes anteriores (é claro que esta afirmação é falaciosa: à frente reflete-se melhor sobre isso). Na terceira parte, com o auxílio do *mas*_{PA}, o locutor, agora enunciador, opõe-se às expectativas do interlocutor, dizendo que, **num caso particular**, as conclusões permitidas pelo conhecimento partilhado entre ambos sobre *o livro ser pequeno e vermelho* não se aplicam.

É preciso, após esta análise um tanto quanto extensa, refletir sobre os problemas que foram postos como objetivos: a determinação de qual é a relação existente entre o *mas*_{PA} e a cultura e até onde se pode afirmar que ele realmente seja um operador contrajuntivo.

No tocante à primeira questão, pode-se afirmar que a relação contrajuntiva estabelecida pelo conectivo adversativo, embora até possa provir de parâmetros lingüísticos internos (como é o caso de *Ele foi, mas não voltou*, se bem que, mesmo aí, um ponto de vista puramente imanente não dá conta da explicação do caráter contrajuntivo dos enunciados), é ditada por fatores que transcendem o estrutural e exigem a consideração de fatores extra-textuais, que se arrebanham, aqui, sob a noção de cultura. É um tanto óbvio que, nos casos em que a relação de oposição não se esclarece pela remissão ao uso lingüístico (se é que isso não ocorre sempre), ela deve ser buscada em outro lugar, fazendo-se aqui a hipótese de que ela reside em questões de ordem cultural. Quando, pois, uma relação de oposição acontece e não está explícita, ela deve ser buscada na relação estabelecida entre o enunciado contrajuntivo (ou a conclusão a que ele conduz) e aquele a que ele se opõe ou, mais propriamente, à conclusão que ele permite, conclusão, como se viu, determinada por fatores de ordem cultural. No fundo, portanto, o estudo das relações contrajuntivas permite que se tenha acesso às maneiras socioculturais de representação sobre questões que dizem respeito a um grupo cultural, as quais, sejam ratificadas consciente ou inconscientemente, dão o lastro de crença necessário para que enunciados sejam produzidos e articulações sejam efetuadas.

Com relação à segunda questão, a partir do enunciado em estudo, pode-se concluir que o *mas*_{PA} realmente efetua uma relação de contrajunção, mas essa afirmação tem valor relacional e não absoluto. O que isso quer dizer? Como é perceptível no enunciado analisado, há uma relação de contradição entre *é um livro muito bom* e as conclusões que poderiam ser retiradas de *ele é um livro pequeno* (coisas pequenas,

em tese, não poderiam possuir grande qualidade, portanto, não poderiam ser boas) e é *vermelho* (coisas vermelhas não poderiam ser boas, já que estariam ligadas ao caos, à desorganização e à desordem; talvez à sexualidade). Mas essa relação de contraste não se faz em relação ao princípio axiológico que sustenta o discurso, dando-lhe o lastro de apoio, mas apenas em relação a ele ser aplicável ao objeto observado pelo discurso. Assim, parece que a noção de *ressalva*⁷ é a que melhor dá conta do que acontece nos enunciados com *mas*_{PA}. Este conectivo tem por função atualizar um princípio de domínio comum e o contradizer em relação à sua aplicabilidade a um caso em especial; por outro lado, porém, ele o ratifica quanto à sua validade de aplicação. Se fosse preciso, portanto, colocar numa balança de dois pratos as porções negadas e as ratificadas, as últimas fariam o pêndulo pender para o seu lado, dado que o que é ratificado no enunciado tem aplicação muito maior do que o que é negado, podendo-se afirmar que o *mas*_{PA} funciona muito mais como um elemento que ratifica as concepções gerais existentes do que as nega ou polemiza.

Sumariando as resposta dadas, pode-se concluir que a contraposição efetuada pelo *mas*_{PA} se faz entre uma parte posterior do enunciado e uma das conclusões possíveis a partir de uma parte anterior, conclusão ditada mais por fatores de ordem cultural do que estrutural. Com relação à oposição efetuada pelo conectivo, ele só se contrapõe ao senso comum em relação a *um* caso, no mais corroborando o ponto de vista geral e sacralizado culturalmente.

À guisa de exemplo, arrola-se a seguir um conjunto de enunciados sobre os quais é possível, recursivamente, efetuar as mesmas reflexões efetuadas acima: o leitor deste texto pode ficar tentado a realizá-las.

(3) Querem ter dinheiro₁, mas não trabalham₂ (donde vem a determinação de que, para se ter dinheiro, é necessário trabalhar? e quem disse que é necessário ter dinheiro?).

(4) Serve aos opulentos com altivez₁, mas os indigentes com carinho₂ (por que as atitudes aconselhadas ao interlocutor não poderiam ser contrárias às que se recomendam?).

(5) Não havia muitas casas₁, mas sobravam extensos terrenos

⁷ Muitas vezes, dada a vertigem que acompanha o uso das palavras, elas acabam se naturalizando e alguns de seus efeitos de sentido passam a ser repetidos mecanicamente, sem que lhes seja dedicada a atenção que merecem. Entende-se que a idéia de *ressalva* é de extrema importância para a compreensão do uso do conectivo *mas*, pois é ela quem faz com que se perceba o vínculo existente entre este conectivo e o que ele revela, implicitamente, da cultura e das crenças que permeiam as atitudes e os comportamentos sociais de um grupo.

baldios₂ (é realmente necessário que não existam terrenos baldios e eles sejam substituídos por construção de casas?).

(6) Ele é professor₁, mas é um cara bacana₂ (o que torna necessário o locutor explicitar que o professor de que ele fala é uma pessoa simpática?).

(7) Ele é negro₁, mas é limpinho₂ (que base de crença leva o locutor a afirmar que uma pessoa negra em especial seja limpinha?).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de concluir este texto, é preciso chamar a atenção para alguns problemas que o desenvolvimento deste estudo levantou. O primeiro se refere à sistematização dos estudiosos para os conectivos. Acredita-se que um conectivo pode ter mais de um efeito de sentido (com um deles, em certos momentos, adquirindo o valor de um outro, em geral, apresentado como se possuísse o valor semântico de um outro). Isto quer dizer que um enunciado introduzido por um conectivo pode ter mais de um efeito de sentido, em dependendo de com que outro o analista o faz se relacionar, além do que os enunciados que não são construídos por meio do uso de elementos conectores não deixam de apresentar relações de sentido com outros com os quais se articulam.

O segundo se refere às noções de locutor e enunciador, como vêm sendo usadas nos estudos que se valem delas. Julga-se que se pode afirmar que estas figuras discursivas são um pouco indiscerníveis, ou, pelo menos, mescladas, já que parece haver uma superposição entre elas. Quando o locutor diz o que diz, a sua voz é naturalmente polifônica, dado que, na sua voz, há discursos de enunciadores que são mantidos à distância ou assimilados.

O terceiro se refere a se saber se o que foi afirmado sobre a relação entre o *mas*_{PA} e a cultura só se aplica a ele ou vale para os conectivos. Pretende-se que todos os conectivos sejam amparados por uma lógica que é cultural, sendo o operador argumentativo, por excelência, o *portanto* e não o *mas*_{PA}, o que significa que o *mas* só é legível, na medida em que se recupera a reflexão silogística de fundo que, ficando implícita, pode ser recuperada e reconstruída pelas conjunções do tipo conclusivo, como *portanto*. Enfim, pensa-se ser possível afirmar que, por detrás do uso de todo e qualquer conectivo, pode ser detectado um princípio cultural que tem uma linha de raciocínio conclusiva e silogística que orienta o seu uso.

De resto, pensa-se que seja necessário enfatizar que o traço principal de caracterização dos conectivos contrajuntivos (adversativos) seja a **ressalva**, com o seu uso se destinando mais à ratificação dos valores culturais vigentes do que ao seu questionamento. Cabe, por fim, reconhecer que o estudo de um enunciado apenas (que foi o que aconteceu aqui) é pouco para que se possa desejar afirmar, com plena convicção, um princípio de validade geral. Este texto, portanto, pode apenas desejar ser um convite para uma conversa, que poderá começar, por exemplo, pela aplicação do que foi discutido ao longo do artigo aos exemplos deixados acima e que, acredita-se, permitem aplicar recursivamente as reflexões desencadeadas sobre o uso dos conectivos adversativos.

8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- ANDRÉ, H. **Gramática ilustrada**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Trad. Léa Novaes. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.
- . **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 26. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- DASCAL, M. (Org.). **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística - bibliografia**. Campinas: Global Universitária, 1982.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português**. Campinas: Pontes, 1987.
- KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.
- POSSENTI, Sirio. "Apresentando a análise do discurso". **Glotta**. nº. 12. p. 45-59, São José do Rio Preto: Editora da UNESP, 1990.